

Confederação Brasileira de Canoagem

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL

CAPÍTULO I

Da Composição

Art. 1º - O Conselho Fiscal da **Confederação Brasileira de Canoagem**, será composto de três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, na conformidade do disposto no artigos 23,27 e 36,c, do Estatuto da C.B.Ca. O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de quatro (04) anos, sendo as eleições realizadas no primeiro trimestre do ano subsequente ao ano olímpico, a posse será automática.

Art 2º - Só poderão ocupar cargos em qualquer poder ou órgão da CBCa cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos.

Parágrafo primeiro: A restrição contida no artigo anterior, quanto a estrangeiros, não se aplica aos portugueses, que tenham obtido igualdade de tratamento com brasileiros, concernentes aos direitos políticos, nos termos do Decreto nº. 70.436, de 18.4.1972.

Parágrafo segundo: Não poderá ser membro do Conselho Fiscal ascendente, descendente, padrasto, madrasta, enteado, cônjuge, irmão de qualquer membro da Diretoria.

Art 3º - O Conselho Fiscal terá um Presidente e um Secretário que serão eleitos dentre seus membros efetivos na primeira reunião ordinária que se realizar no início de cada gestão.

Parágrafo primeiro: A eleição para o cargo de Presidente e Secretário do Conselho Fiscal será apenas para os membros efetivos.

Parágrafo segundo: O voto será aberto e cada membro efetivo terá direito somente a um voto.

Parágrafo terceiro: Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maior número de votos de forma decrescente.

Parágrafo quarto: Em caso de empate, entre dois ou mais candidatos, será considerado eleito o conselheiro que obteve maior número de votos na Assembléia Geral Eletiva, persistindo empate o mais idoso, persistindo ainda o empate o sorteio.

Parágrafo quinto: O mandato do Presidente e Secretário do Conselho Fiscal será de um (04) anos, podendo serem reeleitos.

Parágrafo sexto: A ata do pleito será lavrada no livro de atas do Conselho. Deverá também ser lavrada e registrada em cartório de títulos e documentos ata em livro próprio de toda e qualquer reunião do Conselho Fiscal.

Art 4º - Compete ao Presidente coordenar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias; os trabalhos do Conselho Fiscal, sem prejuízo de, conjunta ou separadamente, os membros do Conselho Fiscal procederem aos atos de verificação e inspeção que considerem convenientes para o cumprimento das suas obrigações de fiscalização.

Parágrafo primeiro: Ao Secretário compete secretariar as reuniões do Conselho e substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários;

Confederação Brasileira de Canoagem

Parágrafo segundo: Ocorrendo vaga no cargo de Presidente, o Secretário assumirá a Presidência em caráter definitivo os demais membros do Conselho Fiscal elegerão um novo Secretário;

Art 5º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, sempre que convocado pelo Presidente da **Confederação Brasileira de Canoagem - C.B.Ca**, ou por um membro do Conselho Fiscal efetivo, ou pelo seu Presidente em exercício, em conjunto ou separadamente. Com periodicidade mínima de uma (01) vez por ano presencialmente e trimestralmente através de video conferência, deliberando por maioria simples de votos dos presentes e a descoberto, incluindo o do Presidente, que também proferirá o voto de desempate. As decisões do Conselho Fiscal só poderão ser alteradas por votos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos membros efetivos, presentes à reunião em questão.

Parágrafo primeiro: Ocorrendo a simples ausência ou impedimento de qualquer membro efetivo em qualquer reunião, o Presidente designará o respectivo suplente para funcionar na qualidade de efetivo, tendo este nessa função, **direito a voto**.

Art. 6º - Perderá o mandato, automaticamente, o membro do Conselho Fiscal efetivo que faltar, sem motivo justificado por escrito, a duas (02) reuniões consecutivas ou a três (03) reuniões intercaladas.

Art. 7º - Em caso de vacância dos titulares mais um suplente ou mais vagas de conselheiros eleitos, deverá ser convocada uma Assembléia Geral Extraordinária que procederá a uma nova eleição para o Conselho Fiscal a fim do preenchimento das vagas. Sendo que os Conselheiros assim eleitos exercerão o mandato pelo tempo que faltava aos substituídos em conformidade com o estatuto da C.B.Ca, e mantido os eleitos.

Parágrafo primeiro: Em caso de renúncia ou perda de mandato por parte de qualquer membro efetivo, caberá ao Conselho Fiscal, por seu Presidente promover a convocação do respectivo suplente para ocupar a função do membro efetivo definitivamente, observada a ordem de classificação na votação, gozando de prioridades, no caso de igualdade de votação, o suplente mais idoso, persistindo ainda o empate o sorteio.

Art. 8º - É incompatível o exercício das funções de conselheiro com a função de diretor da CBCa. Será considerado licenciado o conselheiro que assumir cargo na diretoria e será substituído pelo respectivo suplente enquanto Diretor.

Parágrafo primeiro: Será afastado das funções do Conselho Fiscal o conselheiro que manifestar interesse em disputar mandato eletivo para Diretoria da C.B.Ca, no período mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da convocação do pleito. Tomando-se por base a data para Assembléia Geral Eletiva. Para concorrer a um novo mandato para o Conselho Fiscal não será necessário o afastamento

Parágrafo segundo: O Conselho Fiscal é competente para licenciar qualquer de seus membros nomeados para exercer cargo na Diretoria, convocando o suplente em substituição.

Confederação Brasileira de Canoagem

CAPÍTULO II

Da Competência

Art 9º - Competência:

1. Compete ao Conselho Fiscal, em conjunto com os artigos previstos no estatuto da CBCa:
 - a) Fiscalizar a gestão, o funcionamento e o cumprimento da lei, estatutos e regulamentos, assim como das deliberações da Assembléia Geral;
 - b) Solicitar informações ao Presidente da Diretoria e requisitar papéis e documentos necessários ao desempenho de suas atribuições;
 - c) Elaborar relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório e contas de cada exercício. a apresentar antes da realização da assembléia geral de aprovação de contas;
 - d) Recomendar a Diretoria o saneamento dos atos administrativos que colidam com os estatutos;
 - e) Apurar responsabilidade de qualquer membro da Diretoria da C.B.Ca, encaminhando a Assembléia Geral o resultado, com seu parecer, para deliberação final;
 - f) Convocar a assembléia geral quando a respectiva mesa o não faça, estando vinculada à convocação.
2. Para o desempenho da sua função pode os membros do Conselho Fiscal, conjunta ou separadamente, assistir às reuniões da Diretoria sempre que o considerem conveniente.
3. Os membros do Conselho Fiscal são ainda obrigados:
 - a) A participar nas reuniões do Conselho Fiscal, bem como nas reuniões da Diretoria para que o Presidente do mesmo os convoque ou em que se apreciem as contas do exercício;
 - b) A dar conhecimento a Diretoria das verificações e diligências que tenham feito e dos resultados das mesmas;
 - c) A apuração da responsabilidade quanto ao fiel exercício do cargo de qualquer membro da diretoria, inclusive do Presidente e Vice-Presidentes deverá ser feita pelo Conselho Fiscal, que poderá nomear comissão específica para tal fim;
 - d) O Conselho Fiscal deverá denunciar atos incompatíveis com exercício do cargo, quando ciente de irregularidades praticadas pelo Presidente ou Vice-presidentes no exercício de suas funções, ou por quaisquer Diretores que sejam responsáveis, não propuser a Assembléia Geral as medidas necessárias à punição dos infratores;
 - e) A informar, na primeira Assembléia Geral que se realize todos os atos irregularidades, bem como qualquer violação da Lei ou do Estatuto, sugerindo as providências a serem tomadas em cada caso;
 - f) A solicitar a convocação da Assembléia Geral sempre que no exercício das suas funções tomem conhecimento de fatos ou ocorrências que,
 - g) constituindo irregularidades, condizentes com suas atribuições que ponha em risco a idoneidade ou o prestígio da **Confederação Brasileira de Canoagem - C.B.Ca**;
 - h) Apresentar a Assembléia Geral seu parecer sobre o Balanço Anual, movimentações financeiras e administrativas;

Confederação Brasileira de Canoagem

- i) Examinar e aprovar o projeto de fomento e o orçamento anual para o exercício seguinte apresentado pela diretoria da **Confederação Brasileira de Canoagem - C.B.Ca**;

Parágrafo único - Para o Perfeito cumprimento de suas atribuições, o Conselho Fiscal é competente para expedir normas de padronização da contabilidade, bem como, solicitar a Diretoria a contratação de auditoria externa, ao final de cada exercício.

- j) Opinar sobre assuntos de ordem financeira, quando solicitado pela Diretoria ou Assembléia Geral;
- k) Testemunhar o compromisso de bem servir, prestados pelo Presidente e Vice-Presidentes eleitos, e transmitindo os respectivos cargos;
- l) Fiscalizar o cumprimento das deliberações da Lei Desportiva em vigência ou de um órgão legalmente competente para normatizar o desporto nacional e praticar os atos que lhe forem atribuídos;
- m) Dar parecer por escrito sobre proposta da Diretoria para adquirir, vender alienar ou hipotecar quaisquer bens imóveis;
- n) Executar todos os atos que lhe são autorizados pelo Estatuto e pelas leis vigentes;

Art. 10 - O presente Regimento Interno entrará em vigor depois de aprovado pelo Conselho Fiscal.

Obs: Este Regimento foi aprovado na Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 17 de abril de 2010.

Curitiba, 17 de abril de 2010.

José Carlos Lona Almeida

Presidente

Admir Arantes Bueno Subrinho

Membro Efetivo

Valdecir Fernandes da Cruz

Membro Efetivo